



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS TEFÉ**



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**DECISÃO DA PREGOEIRA**

**PROCESSO Nº:** 23754.000317/2024-12 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de comunicação, destinados a atender as necessidades do Instituto Federal do Amazonas Campus Tefé.

**RECORRENTE:** 2 MJ MANAUS LTDA, CNPJ Nº 28.151.803/0001-66;

**RECORRIDO:** MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, CNPJ Nº 15.838.111/0001-49

**I – SINOPSE DOS FATOS**

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa 2 MJ MANAUS LTDA, CNPJ Nº 28.151.803/0001-66, contra a decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, CNPJ Nº 15.838.111/0001-49, no âmbito do Pregão nº 90001/2025, com relação ao item 16 (Câmera Vídeoconferência, resolução 1080x1920, tipo lente: Foco automático X, velocidade transmissão vídeo: 60 FPS, características adicionais: webcam USB com microfone embutido).

2. A empresa recorrente manifestou-se contrária à decisão de aceitação da proposta e habilitação da empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, alegando que a recorrida apresentou um balanço patrimonial que ultrapassou o limite de faturamento estabelecido na Lei Complementar 123/06; apresentou um valor de 52,50% (cinquenta e dois e meio por cento) menor que o valor de referência e que não enviou planilha de custos que demonstra condições de cumprir com o fornecimento dos produtos. Diante disso, a pregoeira, considerando o cabimento e a tempestividade, aceitou os recursos interpostos para análise.

3. Ressalta-se que a presente sinopse tem por objetivo apenas introduzir os fatos apresentados, sendo a pormenorização e análise detalhada realizada no corpo do presente documento.

4. Os recursos e as contrarrazões encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: **155440** e o número da compra:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**90001/2025.** Após a decisão do pregoeiro, ela será disponibilizada no portal institucional, no seguinte endereço: <https://www2.ifam.edu.br/campus/tefe/administracao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2025/pregao-eletronico>. A decisão também poderá ser consultada no processo através do link: <https://sig.ifam.edu.br/public/jsp/portal.jsf>, informando o número do processo: **23754.000317/2024-12.**

**II – DA ADMISSIBILIDADE**

5. Conforme o art. 165 da Lei nº 14.133/2021, os atos da Administração Pública decorrentes de procedimentos licitatórios estão sujeitos à interposição de recursos administrativos, que garantem o contraditório e a ampla defesa. No caso de recursos sobre a aceitação de propostas e a habilitação de licitantes, é essencial observar os critérios de admissibilidade previstos na legislação:

6. O licitante que se sentir prejudicado por decisões relacionadas ao julgamento de propostas ou à habilitação ou inhabilitação própria ou de outro licitante deve respeitar o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de intimação ou da lavratura da ata (art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c"). Conforme o §1º do art. 165, a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente após a ciência do ato, sob pena de preclusão. Caso não manifeste sua intenção no momento oportuno, o direito ao recurso será perdido.

7. Após a manifestação da intenção de recorrer, o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais tem início na data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação. No caso de adoção da inversão de fases, o prazo se iniciará a partir da ata de julgamento.

8. Conforme o inciso II do §1º do art. 165, a apreciação dos recursos interpostos sobre o julgamento das propostas ou a habilitação de licitantes ocorrerá em fase única, o que exige que todos os pontos recursais sejam apresentados de forma clara e completa, pois não haverá nova oportunidade de discussão no mesmo âmbito processual.

9. O recurso deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida. **Caso essa autoridade não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis**, o recurso será encaminhado à autoridade superior, que deverá proferir a decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos (art. 165, §2º).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS TEFÉ**



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10. Se o recurso for acolhido, a decisão terá o efeito de invalidar apenas os atos que não possam ser aproveitados, respeitando o princípio da eficiência e a preservação dos atos lícitos e válidos do processo (art. 165, §3º).

11. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao recurso no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso (art. 165, §4º). Esse procedimento assegura a isonomia e o direito de manifestação de todos os envolvidos no certame.

12. Durante a tramitação do recurso, será garantido ao licitante o direito de vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme previsto no §5º do art. 165. Isso inclui o acesso à documentação e aos dados necessários para a elaboração adequada e fundamentada das razões recursais.

13. Considerando que as presentes peças recursais, assim como as contrarrazões, foram tempestivamente interpostas, observando os prazos e procedimentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, e que a intenção de recorrer foi devidamente manifestada, constata-se que os requisitos de admissibilidade foram cumpridos. Assim, passa-se à análise das alegações apresentadas pelas recorrentes e das contrarrazões apresentadas pela recorrida.

**III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

14. Conforme mencionado acima, a íntegra das razões de recurso apresentadas pelas RECORRENTES pode ser visualizada no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras>, o qual segue abaixo reproduzido em breve síntese:

*Trata-se de Pregão Eletrônico n. 90001/2025, do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Tefé, que tem como objeto a “aquisição de equipamentos para atendimento ao IFAM – Campus Tefé”. Batalhão de Infantaria”. A participação da licitante é informada no edital da seguinte forma: “4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS TEFÉ**



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

*14.133, de 2021.” Sendo que a empresa por ora habilitada apresentou um balanço patrimonial que ultrapassa o limite de faturamento, limite esse que é determinado no artigo em que é destacado no item acima citado do edital, por essa razão a 2MJ MANAUS LTDA demonstra o seu comprometimento com as normas exigidas no edital e, também, obedecendo a legislação vigente que versa sobre o assunto.*

*“Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa: I - à habilitação jurídica; II - à qualificação técnica; III - à qualificação econômico-financeira;” “b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), do exercício social já exigível e apresentados na forma da lei, e ainda o balanço esteja:” Sendo assim, a empresa por ora habilitada fere tanto o que é exigido no edital quanto a legislação quando apresenta um balanço patrimonial muito superior ao limite de faturamento estabelecido pela Lei Complementar 123/06 a qual é uma das leis que rege o certame. Tanto que o item 4.3.1 informa: “Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;” E como a empresa por ora habilitada intitulou-se ME/EPP, a Lei Complementar 123/06 no art. 3º. Informa: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)”*

**IV. SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA 2 MJ MANAUS LTDA, CNPJ Nº 28.151.803/0001-66**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

A empresa 2 MJ MANAUS LTDA, CNPJ Nº 28.151.803/0001-66, interpôs recurso administrativo em face da aceitação das propostas da empresa referentes ao item 16 (Câmera Videoconferência), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, realizado pelo IFAM Campus Tefé.

**FUNDAMENTAÇÃO**

15. A recorrente faz a seguinte alegação:

- Que a empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA apresentou um balanço patrimonial que ultrapassou o limite de faturamento estabelecido na Lei Complementar 123/06 que rege o certame;
- Que apresenta um valor 52,50% (cinquenta e dois e meio por cento), menor que o valor de referência o que caracteriza inexecutabilidade dos produtos;
- Que não enviou planilha de custo demonstrando que tem condições de cumprir com o fornecimento dos produtos com o valor registrado no certame.

16. Diante do exposto, requer a **desabilitação da empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA**.

**V – DAS CONTRARRAZÕES**

17. A licitante MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, não apresentou suas contrarrazões em relação aos recursos interpostos pela empresa 2 MJ MANAUS LTDA, conforme pode ser verificado no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: 155440 e o número da compra: 90001/2025.

18. É o breve relato DECIDO.

**VI – FUNDAMENTAÇÃO**

**19. ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA 2 MJ MANAUS LTDA**

Para a análise do presente recurso, levar-se-á em consideração os itens que compõem o Tópico III - PEDIDOS, onde se encontram os principais pontos levantados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

20. A recorrente alega que a empresa por ora habilitada registrou no sistema do Comprasnet de forma espontânea que é uma empresa está de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar 123/06 para usufruir das condições de tratamento diferenciado, porém, teve um faturamento de R\$ 7.390.387,81 (em 2022) e R\$ 62.360,32 (em 2023) e o limite de faturamento para uma empresa registrada como EPP e de R\$ 4.800.000,00. O ponto levantado diz respeito ao suposto não enquadramento da empresa vencedora como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sob a alegação de que, no exercício de 2022, esta teria ultrapassado o limite de faturamento anual permitido para EPPs.

**21. Análise:** A requerente solicita a inabilitação da empresa **MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA**, alegando suposta violação ao item 4.6 do Edital da presente contratação. Contudo, observa-se que a licitante requerida solicitou sua habilitação no sistema Comprasnet para participação na disputa do item 16 do referido edital. Caso tal procedimento não tivesse sido corretamente executado, o próprio sistema teria impedido sua participação, o que demonstra o cumprimento do critério apontado pela recorrente. Dessa forma, afasta-se a alegada situação de risco de habilitação indevida. Contudo, conforme demonstrado nos autos, a empresa solicitou formalmente sua **exclusão do Simples Nacional em 31/08/2022** e, posteriormente, **optou pelo retorno ao regime em 01/04/2024**. Além disso, a Demonstração do Resultado do Exercício de 2023 comprova que a empresa não obteve o mesmo desempenho operacional, enquadrando-se novamente dentro dos limites permitidos por lei para empresas de pequeno porte.

Importa esclarecer que, embora **porte empresarial e regime tributário não sejam sinônimos**, ou seja, o enquadramento como ME ou EPP **não obriga a adoção do Simples Nacional**, é certo que **toda empresa que deseja optar por esse regime tributário deve, obrigatoriamente, estar enquadrada como ME ou EPP**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**. Assim, mesmo que a empresa tenha ultrapassado o limite de receita bruta em exercício anterior, **não há qualquer vedação legal para que, retornando aos limites estabelecidos e cumprindo os demais requisitos, possa novamente optar pelo Simples Nacional**. Portanto, estando atualmente enquadrada como EPP e regularmente inscrita no regime tributário aplicável, não se verifica qualquer irregularidade no tocante ao seu porte





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

empresarial ou regime tributário para fins de habilitação e fruição dos benefícios previstos no edital e na legislação.

22. A recorrente também sustenta que a empresa habilitada apresentou valor de 52,50% (cinquenta e dois e meio por cento) menor que o valor de referência o que caracteriza inexecutabilidade dos produtos.

**23. Análise:** Um outro ponto a ser destacado refere-se à alegação de que a proposta apresentada pela licitante vencedora estaria com valor demasiadamente inferior ao preço referencial. No entanto, essa alegação não se sustenta. A proposta no valor de R\$ 270,00 representa uma redução de **aproximadamente 52,63%** sobre o valor referencial de R\$ 570,00. Embora esse percentual seja elevado, ele **não configura, por si só, indício de inexecutabilidade**, especialmente considerando a natureza do objeto contratado e a ausência de elementos concretos que apontem inviabilidade técnica ou econômica para a execução da proposta. Cabe lembrar que a legislação exige comprovação da inexecutabilidade, não bastando apenas a existência de expressiva redução percentual para afastar uma proposta.

24. Por fim, aponta a empresa por ora habilitada não enviou planilha de custo que demonstra a execução do fornecimento como exigido no item 7.7.4 do edital, e que não demonstrou se tem condições de cumprir com o fornecimento dos produtos com o valor registrado no certame.

**25. Análise:** Cumpre esclarecer que o objeto da presente licitação **não se trata de serviços de engenharia**, razão pela qual **não se aplica a exigência de apresentação de planilha de formação de preços** pretendida pela licitante recorrente. Além disso, é importante destacar que **todos os licitantes tiveram conhecimento prévio das condições do local de entrega**, devendo, portanto, todos os custos operacionais estarem contemplados na formulação de suas respectivas propostas. Logo, **não há fundamento legal para exigir a apresentação da referida planilha como condição de habilitação ou julgamento da proposta**, conforme pretendeu evocar a parte recorrente.

**VII- DISPOSITIVO**

26. A pregoeira, no uso de sua atribuição conferida pelos incisos III, VI e VII do art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, considera IMPROCEDENTES as alegações da recorrente quanto às



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS TEFÉ**



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

características do item apresentado na proposta. Norteados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, celeridade processual, vedação ao excesso de formalismo e vinculação ao instrumento convocatório, DECIDE manter a aceitação da proposta da licitante MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, CNPJ Nº 15.838.111/0001-49, cujos documentos e proposta de habilitação encontram-se juntados aos autos e podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal, acessível em: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: 155440 e o número da compra: 90001/2025 ou no portal <https://sig.ifam.edu.br/public/jsp/portal.jsf>, informando o número do processo: 23754.000317/2024-12.

Tefé – AM, 08 de maio de 2025

Jéssica Bruna Santos Ferreira – Pregoeira

SIAPE nº 3326420